

- LXXI -**EDUCAÇÃO, IDEOLOGIA E POLÍTICA: É POSSÍVEL UMA EDUCAÇÃO NEUTRA?****Miguel Henrique Russo**Universidade Cidade de São Paulo – Brasil
mh.russo@uol.com.br**Introdução**

A questão expressa no título deste texto não é nova e já foi objeto da reflexão de inúmeros e expressivos pensadores da educação, tanto estrangeiros quanto nacionais, e continua, como mostram os embates atuais, a ser um tema que se mostra aberto a discussões e disputas no âmbito das políticas de educação. No momento presente temos, no Brasil, a polêmica sobre a questão da relação entre política e educação provocada pelo surgimento do movimento denominado “Escola sem Partido” que provocou manifestações de educadores, políticos e representantes da justiça e do ministério público.

O que se pretende neste texto é desenvolver uma reflexão sobre algumas temáticas implicadas na disputa provocada pelo movimento “Escola sem Partido” a partir de manifestações e análises já produzidas e publicadas e a partir de nossa compreensão da questão que se põe para os educadores, tanto acadêmicos quanto para aqueles ligados à prática escolar.

Escola sem partido

O movimento Escola sem Partido iniciado, em 2004, pelo procurador de Justiça do Estado de São Paulo Miguel Nagib, ganhou evidência quando inspirou o Projeto de Lei 2974/2014, proposto na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e posteriormente outros Projetos de Leis no Congresso Nacional, em algumas Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais em vários Estados. O movimento se opõe ao que chama de “doutrinação ideológica” nas escolas e tem proposto medidas que acredita irão transformar a educação uma prática neutra e isenta de qualquer forma de manifestação política, enfim, creem seus idealizadores e apoiadores que assim eliminarão a doutrinação que, segundo eles, se apoia no pensamento crítico, que identificam como esquerdista ou marxista.

O movimento disponibilizou em seu site oficial¹ modelos de projetos de lei, estadual e municipal, a fim de que a iniciativa seja replicada em outros locais do país. Nos últimos anos, o movimento ganhou espaço no debate público, político e jurídico e gerou polêmica na comunidade escolar.

Questão de fundo

O que pretende o movimento parece ser mais “escola sem política”, ainda que em sua proposta oficial procure dissimular esse sentido. Entretanto, a reflexão que se pode fazer sobre o tema nos conduz inevitavelmente a esta conclusão.

Com isso, o que propõe é esvaziar a educação de seu mais elevado fim, o de desenvolver no aluno a capacidade de apropriação e crítica a tudo o que constitui criação humana e suas consequências para a sociedade e para a natureza. Isto porque na origem daquelas criações está a natureza incompleta do homem, estão as limitações de sua parcial apropriação e restrita capacidade de explicação do mundo.

A educação que contribui para o desenvolvimento dos homens como seres históricos, sem desigualdades e sem classificações, não pode ter limites ou restrições de nenhuma natureza, não pode estar a serviço de interesses de classes e de religiões. Para sua superação esse quadro necessita que a educação possa discutir, sem exceção, todas as dimensões que estão na origem daquelas condições de desigualdade. Sumarizando, não tem como, no processo educacional democrático, não realizar a crítica ao capitalismo e à educação capitalista.

Na sociedade contemporânea os indivíduos se distribuem em grupos que têm visões de mundo e interesses diferentes e, algumas vezes, conflitantes. É por meio das práticas políticas que esses grupos encontram meios de convivência pacífica e, assim, garantem o equilíbrio da sociedade e a sobrevivência dos seus membros.

Educação política

Pensar a educação como subsidiária da formação humana, em sentido amplo, significa entendê-la como forma de preparação do cidadão como aquele que participa do processo de tomada de decisões que dizem respeito à coletividade. Em síntese, preparação para a participação política. Assim, não se pode conceber uma educação que omita a dimensão política da vida humana, individual

¹ (<https://www.programaescolasempartido.org/>)

ou coletiva. É ela que nos ajuda a definir nosso papel como cidadãos e nos oferece os instrumentos para compreender as ações dos agentes sociais e políticos.

A educação política é importante, também, para que se supere o senso comum dominante sobre as concepções de política. Para a maioria da população brasileira a política é uma prática degradada pela corrupção e por outros desvios praticados pelos partidos e pelos políticos. Aliás é dessa visão equivocada e simplista que se aproveita o movimento “escola sem partido” para convencer e ganhar adeptos dentre a população em geral. Daí fica clara a necessidade da educação política para que não frutifiquem concepções equivocadas sobre os interesses da sociedade e dos grupos particulares.

Todos os espaços coletivos são espaços de vivência política, como são a família, a escola e as organizações em geral, porque requerem a participação de todos na solução dos problemas que surgem nesses espaços, ou seja, como já registramos anteriormente, não há como se esquivar do exercício político.

Considerações finais

Escola sem Partido exprime uma visão de sociedade, uma maneira de pensar as relações sociais. Pensa a educação como uma prática neutra, ou seja, atribui à escola a função de transmitir conhecimento sem partidarizar, isto é, para aquele movimento, não cabe à escola a crítica ao *status quo*. Opõem-se a qualquer iniciativa que estimule o pensamento livre e crítico na medida em que condena no currículo escolar temáticas como igualdade de gênero, combate a homofobia e outros de combate à discriminação religiosa, étnica, social etc. Seus idealizadores e apoiadores defendem o direito das famílias transmitirem seus valores e crenças e condenam que as escolas ingressem nessa dimensão da formação humana. Reside aí um dos equívocos daquele movimento. A escola é um espaço de socialização essencial para a convivência com o diferente, com a diversidade, é a instituição que apresenta a sociedade como ela é, muitas vezes distinta da visão desenvolvida no âmbito restrito da família.

O que propõe o “escola sem partido” é que na formação dos jovens se suprima qualquer interferência da escola e que sobre eles somente incida a influência familiar. Com isso ter-se-á uma absoluta reprodução social e a impossibilidade de compartilhamento de um pensamento produzido a partir da formação reflexiva como ocorre nas situações de sala de aula, quando todos têm oportunidade de ouvir opiniões divergentes e expor as suas próprias.

Ora, ainda que não admitam, ou enxerguem, os adeptos do movimento “escola sem partido” expressam uma visão ideológica, mesmo que contrária àquela que declaram combater. Constituem,

assim, um grupo partidário porque querem fazer valer seus valores para o restante da sociedade. É ele mesmo um equivalente aos partidos políticos.

Referências

Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org). *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil, 1996.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 867, de 2015. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>> Acesso em 11 de setembro de 2017.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 193 de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666>> Acesso em 11 de setembro de 2017.

CARA, Daniel. O Programa “Escola sem Partido” quer uma escola sem educação. In: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org). *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 43-48.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LIMA, Paula Valim de. *Escola sem sentido: implicações do Escola sem Partido para a democratização da educação pública*. (Trabalho de Conclusão de Curso) Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

PENNA, Fernando de Araujo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.